

**FORMAÇÃO CONTINUADA: DEMANDAS
DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL E
SUA RELAÇÃO COMA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL**

Ms. Mathilde Andery Burlamaqui da SILVA ¹
Ms. Maria Carmen Teixeira FERNANDES ²
Maria Therezinha Correa MARQUES ³
Sandra Correa Forster JOANINI⁴

RESUMO

Este artigo apresenta resultados parciais do Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, desenvolvido com os objetivos de contribuir para o processo de formação profissional continuada e o fortalecimento da prática de profissionais da área social nas entidades de assistência social, bem como, refletir e debater a dimensão do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Enfoca resultados das

^{1 2 3 4} Docentes da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas. *Correspondência para e-mails:* mathildeandery@yahoo.com.br, therezinhamarques@puc-campinas.edu.br, carmentf@terra.com.br, sandrafj@ig.com.br.

Oficinas de Trabalho, no que se refere as demandas e desafios da implementação da PNAS/SUAS.

Palavras-chave: formação continuada, demandas da prática, formação profissional.

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada em setembro de 2004, com base nos onze anos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, ao priorizar o direito à assistência social, instala-se como política pública e preconiza a cultura do direito em substituição à cultura do necessitado. Conseqüentemente, passa a exigir profundas mudanças de enfoque na compreensão e nas ações dos profissionais em lhes dar maior visibilidade.

As mudanças ocorridas e que devem ocorrer marcam uma nova ordem político administrativa no trato ao usuário, não mais visto como portador de carências, mas um detentor de direitos exigíveis por leis, configuradas e reconhecidas enquanto espaços legítimos. Apropriar-se das leis, conhece-las nos seus princípios, na suas diretrizes significa torná-las instrumento de luta às ações de enfrentamento da questão social. Ressalta-se que ao voltar-se para a legitimidade dos direitos, aponta-se para a democratização da vida política de transformações de idéias em leis e as leis em ações.

O momento provoca reflexões, frente aos desafios postos pela PNAS, em curso no país, na construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social -SUAS.

Ao se exigir mudanças percebe-se a fragilidade das ações, considerando-se que as mudanças acontecem com o rompimento entre velhas e inócuas posturas para se atingir novas práticas e, efetivamente, acontecer a PNAS.

Nesse sentido, os assistentes sociais estão diretamente envolvidos na gestão da PNAS, na perspectiva de implementação do SUAS. Sem dúvida, a profissionalização e a intervenção especializada, tornam-se componentes fundamentais das ações. O processo de efetivação da assistência social, como política pública, deve estar articulado com outras políticas do campo social como garantia da proteção social e da qualidade das condições de vida.

Cabe lembrar que a assistência social ao constituir-se política pública, instala como substanciais a formação continuada, a articulação na ampliação dos espaços, o compartilhamento, o aprimoramento dos profissionais da área. Representa mais uma conquista, num processo de construção coletiva, materializa-se entre trabalhadores, gestores e usuários da assistência social em se firmar como PNAS.

A dimensão do trabalho social é um espaço complexo e contraditório envolvendo a relação universidade - realidade social. Especificamente, o assistente social é o profissional que responde às expectativas e demandas da sociedade. Nesse sentido, compete à Faculdade de Serviço Social investir na Formação Continuada desse profissional, visando a implementação e consolidação do seu Projeto Pedagógico, frente às novas demandas.

Diante dessas considerações, implantou-se na Faculdade de Serviço Social – PUC-Campinas, o Programa de Extensão “Formação Continuada: demandas da prática profissional e sua relação com a formação profissional”, numa proposta de interlocução estratégica entre academia, sociedade e profissionais, na troca de experiências e atualização de conhecimentos, fortalecendo seu Projeto Pedagógico e o compromisso da PUC-Campinas enquanto Universidade Comunitária, na sua responsabilidade social.

A aproximação da FSS/PUC-Campinas com as Organizações Sociais campos de estágio, através deste Programa de Extensão, estimula a compreensão crítica da realidade social, a troca de experiências, a sistematização de conhecimentos nas diferentes áreas sociais, favorecendo o ensino da prática profissional no processo de formação do aluno. Permite a articulação entre professores, assistentes sociais e alunos, visando a qualificação do trabalho profissional, fortalecendo o ensino-pesquisa-extensão.

A Extensão, entendida como um elemento inerente à profissão, dada à especificidade do Serviço Social, está inserida no contexto do processo educativo. Na relação com o ensino e a pesquisa constitui uma ação pedagógica e política para articulação entre FSS/PUC-Campinas e Organizações Campos de Estágio. Essas organizações enquanto espaços de exercício da prática profissional no processo de ensino-aprendizagem buscam responder às novas demandas

colocadas ao assistente social, destacando-se a construção do Projeto Ético-Político da Profissão e dos novos paradigmas postos pela atual PNAS na perspectiva do SUAS.

A formação profissional do assistente social é um processo contínuo de qualificação e construção do conhecimento do trabalho profissional, que exige ultrapassar as rotinas institucionais e apreender a realidade social em movimento, a questão social, suas expressões presentes no cotidiano dos usuários de Serviço Social. Neste contexto, “exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas, um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua História” (IAMAMOTO, 1997, p.31-32).

No momento atual as demandas colocadas à profissão, exigem conhecimento, competência, articulação, interlocução com os espaços de formação, a fim de captar a singularidade da prática profissional, constituindo-se como desafio à Faculdade de Serviço Social, a formação continuada de assistentes sociais que supervisionam alunos nos campos de estágio.

Nesse sentido, as Oficinas de Trabalho, instrumentos das ações extensionistas do Programa, representam espaços do acontecer do conhecimento, ensejando o fluir dos debates relacionados aos fundamentos teórico-metodológicos das ações dos participantes no seu acontecer.

As principais demandas apontadas pelos profissionais abordam “a necessidade de garantir os direitos dos cidadãos para sua promoção e defesa”. Direitos esses, voltados à assistência à família, criança e adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência. Apontam também “a assistência social vista como direito e para tal o profissional deverá estar capacitado”. Destacam a importância de um

“referencial teórico-metodológico sólido que medie o processo de trabalho profissional”, preconizados pela PNAS/SUAS.

Especificamente, em relação à Proteção Social à Família, os participantes das oficinas apontam a necessidade de “mudança de paradigmas dos profissionais no que tange ao trabalho em rede, ao protagonismo social dos usuários e ao trabalho preventivo”. Enfatizam a “ausência de programas emancipatórios voltados para jovens e adultos no enfrentamento da pobreza, ou seja, trabalho, geração de renda e formação”. Mioto afirma que “apesar de sua tradição no trato com famílias e do aprofundamento da discussão teórico-metodológica e ético-política ocorrida no Serviço Social nas últimas décadas, a ação dos assistentes sociais continua sendo considerada muito aquém das exigências que lhes estão sendo colocadas. Estas exigências estão relacionadas à necessidade de consolidação do atual projeto ético-político da profissão, de qualificação das ações profissionais nessa área, além da afirmação do espaço do Serviço Social num campo cada vez mais disputado por outras profissões” (MIOTO, 2004).

No que se refere à Proteção Social à Criança e ao Adolescente, centralizam na família a proteção social básica das mesmas. Os participantes das Oficinas de Trabalho apresentam também como demanda da prática profissional com crianças e adolescentes a universalização do trabalho em rede, para implementação da proteção social especial de média e de alta complexidade.

Nessa perspectiva, coloca-se a importância do trabalho em redes sociais, entendida “como sendo formadas pelo conjunto daqueles que integram com o indivíduo em sua realidade social cotidiana, e que são acessíveis de maneira direta ou indireta ao contato personalizado. É um nível intermediário de estrutura social que inclui todo o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito: família, amigos, relações de trabalho, escolares, de serviço, de inserção comunitária e de práticas sociais. Estes vínculos estabelecem relações com maior ou menor grau de intimidade conforme a proximidade entre a pessoa e seus contatos” (SLUZKI, 1997).

A construção de metodologias de trabalhos que envolvam a família, a comunidade, organizações sociais e jurídicas, os serviços de proteção social básica e de proteção especial de média e alta

complexidade é essencial e um dos grandes desafios que se coloca hoje aos profissionais da área social para o processo de trabalho com crianças, adolescentes e suas famílias.

Quanto à Proteção Social ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, os assistentes sociais consideram que “há avanços significativos na política social de atendimento ao idoso e fortalecimento na proteção social”, porém, “na área de Deficiência necessita ampliar os investimentos, bem como a criação de Conselhos Municipais, uma vez que de 88 municípios, somente 12 estão sendo implementados. Acrescentam que em relação a esses segmentos, existem preconceitos, dificuldades de trabalhar situações do cotidiano e rejeição aos valores que dignificam a essência da pessoa humana. Recomendam o incentivo e implantação de políticas de atendimento, bem como, a ampliação de recursos”.

Na área do idoso a Lei 8.842 – Política Nacional do Idoso, enfoca “a pessoa idosa como ser total, reconhecendo as múltiplas dimensões do envelhecimento e da velhice. Busca assegurar os padrões de vida com qualidade através de ações articuladas e transitoriais entre o setor público e à sociedade civil de forma a garantir resposta integral às demandas de proteção, inclusão social e participação do idoso na comunidade”.

Os estudos e pesquisas na área social revelam que o êxito de qualquer política para a população em geral e especificamente à idosa que vem aumentando rapidamente, devem contemplar as ações articuladas, intersetoriais na construção de um novo tecido social direcionado por princípios democráticos, objetivos e prioridades comuns.

No que se refere à pessoa com deficiência, Campinas conta com um conjunto de leis municipais direcionadas para a melhoria da sua qualidade de vida. A Lei Federal 7.853/89, assegura o exercício de seus direitos individuais e sociais. Cabe destacar a Lei 8742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social que dispõe sobre a organização da assistência social, garantindo o Benefício de Prestação Continuada ao idoso e à pessoa com deficiência que não possuem meios de sobrevivência, um salário mínimo. Garante também, a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Quanto à concretização do Projeto Ético Político do Serviço Social, a maioria das respostas dos participantes das oficinas de trabalho, afirma que para sua operacionalização é “necessário utilizar um instrumental jurídico-político, pautado em leis e resoluções no âmbito da profissão, com parecer técnico”; “sua concretização se dá através dos Conselhos e Fundos Municipais”; “necessidade de aparato jurídico” o que reflete uma fragilidade no entendimento da proposta, apontando a necessidade de maior conhecimento do mesmo. Por outro lado, há afirmações que expressam que o Projeto Ético-Político da Profissão se concretiza “através de ações em equipe”, “garantia do acesso à cidadania, aos direitos sociais e inclusão”.

O processo de construção coletiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social coloca vários desafios para o ensino da prática profissional. Guerra considera que “o ensino da prática tem que estar auto-implicado às dimensões técnico-instrumental, teórico-intelectual, investigativa, ético-política e formativa, considerando que essas dimensões se articulam no exercício profissional que é o Serviço Social” (GUERRA, 1997, p.210).

Para contribuir com o desenvolvimento de ações que fortaleçam a prática profissional realizada nas organizações campos de estágio o Programa de Extensão buscou conhecer as dimensões da prática profissional aí presentes, bem como o significado dado ao estágio curricular, respondendo às demandas colocadas pelo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social e do Projeto Ético-político da Profissão, uma vez que tais questões interferem diretamente no processo de formação profissional do aluno.

Os resultados apontam que 100,0% dos participantes situam a prática profissional na dimensão técnico-instrumental, com o significado de espaço de intervenção na realidade social, prestação de serviços, ação conjunta e comprometida com o usuário. Entretanto, 51,6% desses assistentes sociais, embora situem a prática profissional na dimensão técnico-instrumental, destacam a dimensão teórico-intelectual, fundamentando a importância da relação teoria-prática, pois deve estar sempre “pautada no saber”, “pautada na teoria (práxis) e desenvolvida num processo de ação-reflexão-ação, visando o compromisso da qualidade no serviço prestado ao usuário”. “É a

prática consciente do trabalho do Serviço Social, levando em conta todos os requisitos teórico-práticos vivenciados e adquiridos” Apenas 4% desses assistentes sociais enfatizam a prática profissional na dimensão ética política e 2% na dimensão teórico-intelectual.

Durante as reflexões e debates, os profissionais presentes nas Oficinas de Trabalho, demonstram o desejo de apropriar-se das leis e conhecê-las nos seus princípios, nas suas diretrizes, considerando-as “desafios postos à construção das bases para a implementação do SUAS”; à “transformação dos pressupostos constitucionais em serviços sócioassistenciais na construção e defesa do cidadão brasileiro”.

As reflexões sintetizadas, no acontecer coletivo, espaço das oficinas, do pensar, do saber, do fazer, enquanto ato solidário de troca e de construção do conhecimento, são referidas à:

-entendimento da questão social e seus desdobramentos, em particular, a pobreza não são explicados por si mesmos, não são inalteráveis, não reside no pobre, trata-se de uma questão estrutural, da sociedade que acirra o processo de empobrecimento;

-mudança na concepção do humano, do mundo e da sociedade. Ainda estão incorporados às práticas sociais a perversa herança do necessitado, do favoritismo, da benesse;

-capacidade de análise, de consciência crítica, propositiva, criativa. A consciência humana é constituída no social, nas relações entre os homens, nos valores perpassados pela família, pela sociedade, pela escola, pelo grupo de convivência, pelas associações, pelos sindicatos, pelos partidos políticos, o processo é ético-humano e idéo-político;

-a dinâmica da sociedade estabelecida pela benesse, esperando, ainda , o retorno pela gratidão, não promove verdadeiramente a mudança, não instala a cidadania. Não pode, no momento em que a assistência social se torna constitucional, ser destinada a minimizar a pobreza;

-sustentabilidade do funcionamento das instâncias de articulação, pactuação e deliberação à altura da dignidade conferida à assistência social, “um direito do cidadão e um dever do Estado”.

Devido à cultura do assistencialismo, ainda prevalecem as práticas compensatórias, emergenciais, em contraposição à cultura dos direitos sócioassistenciais;

-destinação dos recursos em compatibilidade às diretrizes e princípios, firmados pela PNAS, na construção do SUAS. Não é aceitável que ao compor o tripé da Seguridade Social do país, tenha o ínfimo recurso que lhe é destinado.

A consciência da fragilidade, das limitações dos trabalhos isolados, que conduzem ao atendimento precário, impulsiona para ações articuladas em rede. As redes configuram-se como realidades em movimento, não há modelos, nem padrões a serem indicados, uma vez que as características de cada região são diferenciadas. Trata-se de um exercício diário, de uma convivência construída com o diálogo, a confiança, a integração de recursos e o respeito à autonomia das partes envolvidas.

As limitações causam indignações porém, ao mesmo tempo, são provocadoras a investir em projetos de ação e de esperança que revertam o quadro das desigualdades sociais, marcado pela exclusão social, para a inclusão social, preconizada pela LOAS, um dos caminhos à realização dos direitos socioassistenciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social – Lei Nº.8.742/93.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS / Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

BRASIL. Direito das Pessoas com Deficiências - Lei 7.853/89.

BRASIL. Estatuto do Idoso - Lei Nº.10.741/03.

GUERRA, Y. “O Ensino da Prática no Novo Currículo: Elementos para o Debate”. **Construindo o Serviço Social**: Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos. Divisão Serviço Social do Instituto Toledo de Ensino, Bauru, n.1, 1997.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS-CE, Debate N°.06 – Dezembro/97.

MIOTO, R.C.T. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n.3, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano3/trabalho-com-familias.pdf>>. Acesso em: maio 2007.

SLUZKI. In: RIBEIRO, KS.Q.S. "Redes Sociais e Educação Popular: aproximação teórica e mudanças na prática de educação popular em saúde". In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE. 5., 2005, Recife. **Anais...** Recife, 2005.